



Prefeitura Municipal Boa Vista do Cadeado
Departamento de Licitações e Compras
Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996
Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014
CNPJ: 04.216.132/0001-06

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo Administrativo nº ____/2024

Inspeção Veicular dos Ônibus Escolares pertencentes à Frota de Veículos do Município

Boa Vista do Cadeado, fevereiro de 2024



Prefeitura Municipal Boa Vista do Cadeado
Departamento de Licitações e Compras
Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996
Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014
CNPJ: 04.216.132/0001-06

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
01/02/2024	1.0	Finalização da primeira versão do documento	RocheleRieth
07/02/2024	2.0	Análise jurídica	Rafael de Aguiar Fagundes
08/02/2024	3.0	Revisão do documento após análise jurídica	Rochele Rieth
08/01/2024	4.0	Aprovação pelo Gestor	Maristela Heberle
08/02/2024	5.0	Aprovação pela Autoridade Superior	João Paulo Beltrão dos Santos



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Processo administrativo nº22/2024

Contratação de Pessoa Jurídica para realizar o serviço de inspeção veicular nos ônibus escolares pertencentes à frota de veículos do Município de Boa Vista do Cadeado, incluindo todos os serviços, mão de obra, insumos e equipamentos necessários.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 2.1. O presente caso foi baseado nas solicitações elaboradas pelo responsável da área requisitante.
- 2.2. Da análise das solicitações extraíram-se as seguintes informações:
- I – Problema a ser resolvido: necessidade de cumprir com a legislação que determina a obrigatoriedade da realização de inspeção veicular nos ônibus que realizam o transporte escolar.
 - II – Interesse Público: o interesse público se materializa por meio da atividade fim da Administração Municipal que é a oferta de um serviço público de qualidade, com veículos regulares e em perfeito funcionamento para a prestação do serviço de transporte escolar público municipal.
 - III – Relação do problema apresentado com o Plano Anual de Contratações: a demanda apresentada está relacionada com o Plano de Compras Anual (PCA) do ano de 2023.
 - IV – Ciência da autoridade competente: a autoridade competente da unidade que participa do processo de licitação deverá ratificar os dados informados neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.
- 2.3. A contratação do serviço pela Administração Pública tem amparo legal, dentre outros, na Lei 14.133, Artigo 2º, inciso V, que estabelece: “Art. 2º Esta Lei aplica-se a: V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;”
- 2.4. No caso dos serviços em questão não se vislumbram outras soluções de mercado senão a terceirização para a prestação indireta dos serviços, uma vez que inexistem equipamentos e pessoal qualificado no âmbito da própria Administração Pública Municipal.
- 2.5. A contratada se responsabiliza pela integridade dos veículos inspecionados.
- 2.6. Todos os equipamentos e ferramentas necessárias à execução dos serviços serão de responsabilidade da contratada.



Prefeitura Municipal Boa Vista do Cadeado
Departamento de Licitações e Compras
Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996
Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014
CNPJ: 04.216.132/0001-06

- 2.7. A contratada deverá informar em quais veículos foi constatada adulteração.
- 2.8. A modalidade de licitação escolhida foi a Dispensa de Licitação, tendo em vista o artigo 75, inciso I da Lei 14.133/21 que assim dispõe: “Art. 75. É dispensável a licitação: I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;”
- 2.9. A modalidade escolhida também se dá em razão do valor estimado da contratação não ser superior ao valor disposto no § 7º do supracitado artigo que estabelece uma exceção para o cumprimento dos requisitos estipulados no § 1º do artigo 75, o qual se refere ao somatório das despesas realizadas com objetos de mesma natureza e no exercício financeiro da unidade gestora, sendo este: “§ 7º Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo às contratações de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluído o fornecimento de peças.” Ressalta-se que o valor está atualizado em R\$ 9.584,97 (nove mil quinhentos e oitenta e quatro reais e noventa e sete centavos) conforme **DECRETO Nº 11.871, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023.**
- 2.10. A Dispensa será realizada mediante a pesquisa direta de orçamentos com, no mínimo, 3 (três) fornecedores que realizem o serviço de acordo com as normas vigentes e que possuam a sede da empresa próxima ao Município de Boa Vista do Cadeado, mediante solicitação formal de cotação por meio de e-mail, sendo obtidos os orçamentos com menos de 6 (seis) meses de antecedência da presente data, que servirá como valor estimado para esta Contratação.
- 2.11. Após a pesquisa de preços ser realizada conforme disposto acima será publicado o aviso de Dispensa de Licitação no site oficial do Município no campo destinado para licitações concedendo o prazo de 3 (três) dias para que, querendo, outros fornecedores que cumpram os requisitos deste Estudo e Termo Referência possam enviar as suas propostas.

3. ÁREA REQUISITANTE

Identificação da Área requisitante	Nome do responsável
Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	Maristela Heberle

4. NECESSIDADES DE NEGÓCIO

- 4.1. A contratação tem por objetivo atender a legislação de trânsito, em especial o Código



de Trânsito Brasileiro e a Portaria DETRAN/RS nº 439/2022.

4.2. O CTB em seu artigo 136, inciso II determina que: “Art. 136. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto: II - inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança”;

4.3. Nesse mesmo sentido a Portaria DETRAN/RS nº 439/2022 veio regulamentar a inspeção veicular dispondo em seu artigo 4º, §1º, que: “Para fins da autorização emitida pelo DETRAN/RS, prevista no caput do artigo 136 do CTB, o veículo deverá ser submetido à inspeção semestral, nos termos do inciso II do mesmo artigo. §1º A inspeção técnica semestral deverá ser realizada em conformidade com as disposições do CONTRAN, SENATRAN e INMETRO, por Instituições Técnicas Licenciadas - ITLs, inclusive com recurso de inspeção veicular móvel (linha de inspeção mecanizada)”.

4.4. Tendo em vista o que determina a legislação, o Município de Boa Vista do Cadeado possui a obrigação legal de realizar a contratação de uma empresa **Licenciada** pelos órgãos acima dispostos para que esta possa fazer a inspeção dos ônibus que são utilizados no transporte escolar.

4.5. A determinação é que se faça a inspeção de forma semestral, portanto, esta contratação deverá ser realizada pelo prazo de 1 (um) ao, contando com duas inspeções para cada veículo.

4.6. Além da obrigatoriedade legal da execução de inspeção semestral, esta também estará cumprindo com o disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, visto que dispõe como principais determinações no que se refere a veículos que: “Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão ser submetidos periodicamente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruído, de acordo com os procedimentos e limites estabelecidos pelo CONAMA ou, quando couber, pelo órgão responsável, conforme Resolução CONAMA nº 418, de 25/11/2009, complementações e alterações supervenientes.”

5. ESTIMATIVA DA DEMANDA - QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS

5.1. A presente Contratação seguirá o disposto na legislação, ou seja, será realizada duas inspeções técnicas veiculares – LITV (conforme NBR 14.040-1 / 14.040-2 e portaria DETRAN/RS n.439/2022 art.4 §1º.) - em cada ônibus escolar, sendo de forma semestral.



5.2. Os veículos a serem inspecionados são os seguintes:

Veículo	Placa	Patrimônio	Vencimento da Vistoria	Vistorias no ano de 2024
Ônibus Marcopolo Volare V8	JBV 9F65	10.212	26/12/2023	2 vistorias (uma a cada semestre)
Ônibus Marcopolo Volare V8	JAZ 7C04	9.744	18/02/2024	2 vistorias (uma a cada semestre)
Ônibus Marcopolo	IPB 0196	3.822	16/02/2024	2 vistorias (uma a cada semestre)
Ônibus VW/MASCA	IZK 1A53	9.146	07/05/2024	2 vistorias (uma a cada semestre)
Ônibus VW/MASCA	IZK 0I01	9.147	28/03/2024	2 vistorias (uma a cada semestre)
Ônibus Marcopolo Volare V8L EO	JBC 1182	9.864	16/02/2024	2 vistorias (uma a cada semestre)
Ônibus Marcopolo Volare V8	JBO 2F34	10.080	22/07/2024	1 vistoria (tendo em vista o vencimento)

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 6.1. A empresa contratada deverá estar devidamente cadastrada junto ao sistema SICAF ou possuir a documentação obrigatória atualizada (INSS, Receita Federal, FGTS Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), e estar quite em todas as certidões emitidas com base na Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica.
- 6.2. Deverá disponibilizar profissionais devidamente capacitados, e com situação regularizada para a prestação dos serviços e atender aos demais requisitos elencados no Termo Referência.
- 6.3. A contratada deverá responsabilizar-se por todos os custos referentes à perfeita execução do serviço disposto neste ETP, devendo estar inclusos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos, taxas de qualquer natureza, custos com mobilização e desmobilização, e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a execução do objeto licitado ou que venham a implicar no fiel cumprimento do contrato, não cabendo à Administração Pública Municipal nenhum custo adicional.
- 6.4. A Contratada, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, deve proceder às anotações e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem nos serviços assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais, ajuí-



- zadas em qualquer juízo, que versarem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a Contratada;
- 6.5. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandadas decorrentes de danos seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento deste ETP.
- 6.6. Assumir todas as responsabilidades inerentes a sua atividade como prestadora de serviço, inclusive despesas de eventuais acidentes, abrangendo danos pessoais, multas ou acordos que venham a ocorrer na execução dos serviços contratados, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer responsabilidade ou indenização;
- 6.7. Não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não empregar menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.
- 6.8. Cumprir com as demais obrigações constantes no Termo de Referência.
- 6.9. Acatar a fiscalização do serviço contratado realizada pelos responsáveis da Prefeitura de Boa Vista do Cadeado (nomeados por meio de Portaria).
- 6.10. Reparar às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste edital em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 6.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto desta dispensa de licitação;
- 6.12. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 6.13. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Estudo e Termo Referência.
- 6.14. Emitir as notas fiscais com o mesmo número do CNPJ informado na documentação e proposta comercial apresentada na Dispensa de Licitação ____/2024.



7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

7.1. O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

7.2. Após a verificação do objeto demandando e dos requisitos da contratação (apresentados nos itens 2, 4 e 5), o Departamento de Licitações e Compras realizou o levantamento de mercado e identificou características:

- I – O objeto demandado possui contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado;
- II - Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido;
- III - Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros processos licitatórios, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa.
- IV - A aquisição dos serviços objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas, diante da imposição normativa do Código de Trânsito Brasileiro.

8. CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

8.1. A contratação importa no valor total de R\$ 5.980,00 (cinco mil novecentos e oitenta reais).

8.2. A pesquisa de preços foi realizada com fundamento no art. 5º, IV, da Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, da Secretaria de Gestão do ME, conforme já explicitado no item 2.7 deste Estudo.

8.3. Com isso, verificou-se que o valor da contratação é compatível com os valores praticados pelo mercado.

8.4. Se, depois de decorrido o prazo de publicação do Aviso de Dispensa de Licitação, não lograr mais propostas válidas para esta contratação, a Administração realizará a escolha do fornecedor que cumprir com todas as exigências deste Estudo, assim como do Termo de Referência, bem como em razão da localização da sede da Empresa, ou seja, será contratado o fornecedor SIMON INSPECAO VEICULAR LTDA., inscrito no CNPJ sob o nº



Prefeitura Municipal Boa Vista do Cadeado
Departamento de Licitações e Contratos
Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996
Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014
CNPJ: 04.216.132/0001-06

08.225.436/0002-71, com CNAE 71.20-1-00 - Testes e análises técnicas, e sede á Rua Nildo Schroer, na cidade de Ijuí/RS, visto que fica situada há um raio de até 30 km do Município, não sendo necessário dispendir o valor com diárias dos servidores motoristas que irão conduzir os veículos para realizar a inspeção e ainda não haverá o gasto maior no que se refere ao combustível que será gasto para locomover os ônibus até as cidades mais longínquas, conforme demonstrado na tabela comparativa abaixo.

	Empresa Venturini Inspeção Veicular Ltda	Empresa Tecsul Inspeção Veicular	Empresa Simon Inspeção Veicular Ltda
Endereço sede da Empresa	Rua Antônio Felício Foletto, 305, Urlândia, Santa Maria/RS	Rua Maria Rezende, 94, Passo Fundo/RS	Rua Nildo Schroer, 152A, Distrito Industrial, Ijuí/RS
Valor do orçamento por inspeção	R\$ 300,00	R\$ 350,00	R\$ 460,00
Total de inspeções	13	13	13
Valor total de Inspeções	R\$ 3.900,00	R\$ 4.550,00	R\$ 5.980,00
Necessário pagamento de diária para motorista	Sim	Sim	Não
Valor da diária	R\$ 110,00 (meia diária)	R\$ 110,00 (meia diária)	-
Quantidade de diárias necessárias	13	13	-
Valor total de diárias	R\$ 1.430,00	R\$ 1.430,00	-
Média de km do Município até a sede da empresa	162 km	187 km	27 km
Distância para ir e voltar	324 km	374 km	54 km
Média de km/lit combustível	4 km/lit	4 km/lit	4 km/lit
Valor do litro de Diesel (preço obtido no dia)	R\$ 4,99	R\$ 4,99	R\$ 4,99
Valor Total de combustível gasto no trajeto	R\$ 404,19 (para 1 trajeto)	R\$ 466,56 (para 1 trajeto)	R\$ 67,36(para 1 trajeto)
Valor Total de combustível gasto nos 13 trajetos	R\$ 5.254,47	R\$ 6.065,34	R\$ 875,74
Valor total da contratação	R\$ 10.584,47	R\$ 12.045,34	R\$ 6.855,74

8.5. Diante do exposto, justifica-se a escolha do fornecedor, ainda que tenha apresentado orçamento com valor mais elevado, por esta Administração entender ser melhor o custo benefício desta contratação, conforme fica evidente na tabela acima, primando pelos princípios da economicidade e eficiência, visto que o tempo dispendido será menor, não necessitando que os servidores motoristas dediquem seu tempo a uma atividade que possa ser realizada em tempo muito inferior.

9.JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

9.1. Conforme disposto no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal: Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...] XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão



*Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996
Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014
CNPJ: 04.216.132/0001-06*

contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Art. 37, Inc. XXI da Constituição Federal de 1988).

9.2. A Lei 14.133/2021 estabeleceu as normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

9.3. A referida lei ratificou o comando constitucional para a obrigatoriedade de licitação e trouxe as hipóteses em que o processo licitatório pode não ser realizado, na forma de dispensa ou inexigibilidade de licitação. O art. 5º da Lei 14.133/2021 estabelece: “Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas Direito Brasileiro).

9.4. Contudo esta Contratação adotará a modalidade de dispensa de licitação por ser a solução mais viável para a realização desse serviço, tendo em vista que se trata de serviço que não pode ser contratado por meio de uma disputa ampla de fornecedores, como já explicitado anteriormente no presente Estudo.

9.5. Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei n.º 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.6. Os serviços de vistoria veicular são de natureza continuada, pois pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e funcionamento, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação do atendimento ao público. Considerando as especificidades do presente objeto a demanda será parcelada, haja visto, se comprovarem ser técnica e economicamente viável, com vistas a propiciar o melhor aproveitamento do mercado.



*Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996
Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014
CNPJ: 04.216.132/0001-06*

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Destaca-se que não se faz necessária a realização de contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido, nem há pretensão de realizar contratações futuras para que o objetivo desta contratação seja atingido, razão pela qual este item não será considerado no planejamento.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

Esta contratação de serviço está inserida no Plano de Contratações Anual 2023.

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

12.1. Os resultados pretendidos são a para prestação de serviços de inspeção veicular que os veículos da municipalidade tenham o laudo de aprovação e assim sendo, a comprovação de que os veículos da frota estejam trafegando com as manutenções em dia e possam realizar o transporte dos alunos, pacientes com segurança conforto e comodidade e demais serviços como vistoria cautelar.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

Não há impacto ambiental relevante com essa contratação. A contratada deverá atender aos critérios de qualidade ambiental, sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente. A contratada será responsável pela destinação correta de todos os resíduos gerados na execução dos serviços.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

14.1. O cronograma com todas as atividades necessárias para que a contratação surta seus efeitos e com os responsáveis por esses ajustes já consta no TR;

14.2. O objeto da presente contratação não apresenta peculiaridades que justifiquem a necessidade de capacitação específica para a empresa especializada e para os prestadores que irão atuar no contrato.

14.3. Não há risco de a contratação falhar em relação a adequações do ambiente da organização, pois tais adequações não são necessárias.

14.4. A Administração Municipal prestará à CONTRATADA toda e qualquer informação por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato e comunicará à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no fornecimento do serviço, para que seja reparado ou corrigido;



Préfectura Municipal Boa Vista do Cadeado
Departamento de Educação e Cultura
Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996
Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014
CNPJ: 04.216.132/0001-06



15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1. Esta secretaria declara **viável** esta contratação com base no Parecer Jurídico nº 01/2024 emitido pela Assessoria de Legislação e Projetos.

15.2. A solução escolhida proporcionará à Secretaria Municipal de Educação prestar à população um serviço com eficácia, eficiência, efetividade e economicidade, alinhada aos instrumentos estratégicos institucionais e governamentais.

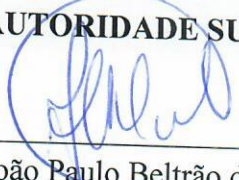
16. RESPONSÁVEIS

O presente instrumento foi elaborado pela Servidora Rochele Rieth, Coordenadora de Setor e com a supervisão da Secretária Municipal de Educação, Maristela Heberle.

INTEGRANTE	INTEGRANTE REQUISITANTE
 Rochele Rieth Matrícula: 425 Boa Vista do Cadeado, 07 de fevereiro de 2024	 Maristela Heberle Matrícula: 2017 Boa Vista do Cadeado, 07 de fevereiro de 2024

17. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021.

AUTORIDADE SUPERIOR  João Paulo Beltrão dos Santos Boa Vista do Cadeado, 08 de fevereiro de 2024
